

Siv-Água tentará derrubar liminar

LUÍSA MEDEIROS

O Sistema Integrado de Vigilância de Preservação e Conservação de Mananciais do DF (Siv-Água) vai entrar com recurso na Justiça para cancelar a liminar concedida, na noite de terça-feira, aos moradores da Chácara 32, da Colônia Agrícola Águas Claras, no Guará II. A informação foi dada ontem pelo diretor do órgão, Antônio Magno. Devido à decisão judicial, sete casas que estão construídas em área de proteção permanente — próxima ao córrego Vicente Pires —, não serão, pelo menos por enquanto, derrubadas, até nova decisão judicial.

Na terça-feira, moradores resistiram à ação dos agentes do SIV-Água, que pretendiam retirar invasores instalados em Área de Preservação Permanente. Durante nove horas de muita confusão, cerca de 100 pessoas enfrentaram os agentes do órgão e policiais da Tropa de Choque da PM.

DESTINAÇÃO - A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) informou que, por enquanto, as áreas públicas destinadas à produção agrícola, cerca de 150 hectares espalha-

dos em Vicente Pires, Arniqueiras, Águas Claras e Vereda da Cruz, não irão se transformar em áreas urbanas. A decisão depende da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT), que deve ser feito só em meados de 2005.

Segundo assessoria da Subsecretaria de Política Urbana, a revisão do PDOT ainda

está sendo elaborada, e a proposta do projeto de lei deve ser encaminhada à Câmara Legislativa no próximo ano.

O questionamento surgiu

porque, amanhã, a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) deve cancelar os contratos de concessão de uso de 66 arrendatários que parcelaram nas localidades.

De acordo com a Seapa
existem

466

chácaras nas quatro
colônias agrícolas.